



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

Órgão do Partido Operário Revolucionário - Nº 07 - 25/1/2025

## Carta do POR à plenária pelo fim da escala 6x1

A luta contra a odiosa escala 6x1 já percorre um período em que é possível fazer um breve balanço de seus caminhos. Esse balanço é fundamental para pensarmos as ações futuras, superar os obstáculos e dar o impulso necessário a essa reivindicação tão justa e tão amplamente aceita pelas classes trabalhadoras.

O movimento atual pelo fim da escala 6x1, que não pode representar menos do que a redução da jornada sem redução dos salários, surgiu nas redes sociais, mas como uma reivindicação material muito concreta. Amplos setores do capital se utilizam dessa escala e das jornadas exaustivas, bem como das leis que massacram ainda mais os trabalhadores, como o "banco de horas", os contratos intermitentes, a lei da terceirização etc. Dois setores se destacam: o comércio varejista e a produção. Entre os trabalhadores do varejo e na classe operária, seja nas fábricas ou na construção civil, a escala 6x1 é amplamente aplicada.

O movimento se fortaleceu ao longo de 2024, ganhando a simpatia de amplos setores da população. Lamentavelmente, no 1º de Maio a campanha não se vinculou às manifestações históricas do Dia do Trabalhador, o que certamente lhe daria

força. Ao longo do ano, manifestações isoladas foram combinadas com o abaixo-assinado original da campanha e com movimentações do PSOL, PT e PCdoB, na Câmara Federal. O objetivo era conquistar certa quantidade de assinaturas para que uma PEC fosse protocolada.

O ponto alto da campanha esteve entre o chamado nacional para manifestações no dia 15 de novembro e a greve dos trabalhadores da PepsiCo, no fim desse mesmo mês. Isso porque ambos os acontecimentos expressaram o caminho da vitória: as mobilizações massivas e unitárias, de um lado, e o método da ação direta coletiva, a greve, de outro. De lá para cá o movimento arrefeceu, o que em parte pode ser explicado pela própria ação das correntes majoritárias no campo da esquerda. A exemplo do fato de Erika Hilton não ter protocolado a PEC no fim de 2024, apesar de já ter as assinaturas suficientes, pois a presidenta bolsonarista da CCJ, Caroline De Toni (PL-SC), contrária à proposta, poderia apresentar bloqueio político à tramitação. Assim, Hilton aguarda a troca no comando da Câmara e na CCJ, que acontecerá em fevereiro. A subordinação das ações nas ruas e nas greves às tramitações parlamentares é o caminho da derrota.

Ainda no plano institucional, o Ministro do Trabalho, Marinho (PT), teve uma posição à direita de Alckmin, que defendeu a proposta alegando que cabia ao Parlamento aprovar. Marinho, por sua vez, foi contrário a uma aprovação geral do fim da escala 6x1, e defendeu que se realizassem negociações separadas entre os sindicatos e patrões, aceitando assim a lógica geral da reforma trabalhista de fragmentar os Acordos Coletivos. Já Lula segue em silêncio sobre o principal problema do momento envolvendo o trabalho no país.

A superexploração do trabalho no Brasil teve grande impulso com a aprovação da contrarreforma trabalhista no Governo Temer. Bolsonaro ampliou os ataques com a contrarreforma previdenciária e outras medidas. O Governo Lula mostrou ser de continuidade aos governos anteriores nos aspectos econômicos fundamentais: manteve as contrarreformas aprovadas e realizou a sua própria, o pacote de ajustes apresentado por Haddad e Tebet, com aprovação de Lula. Esse pacote ataca profundamente os explorados e despeja ainda mais sobre as costas dos trabalhadores os custos parasitários da dívida pública. Tem a função principal de cumprir as metas do Arcabouço Fiscal. As medidas essenciais do pacote são os cortes na saúde e educação, a redução no número de beneficiários do BPC e do Abono Salarial, além do ataque ao salário mínimo, limitando seu aumento a 2,5%. De conjunto, expressam ataques diretos aos setores mais explorados dos trabalhadores. Eis o porquê de não ser possível desvincular o problema da escala 6x1 com o problema das contrarreformas.

Assim, essa plenária está diante da importante tarefa de retomar o fôlego das manifestações pela redução da jornada de trabalho. Para isso deve aprovar uma plataforma de reivindicações e os métodos de luta para conquistar essas reivindicações. Devemos aprovar a luta por:

**- Redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários. Fim da escala 6x1!**

**- Escala móvel das horas de trabalho, com a divisão das horas necessárias entre todos aptos ao trabalho, respondendo assim ao problema crônico do desemprego e da informalidade.**

**- Estabilidade no emprego a todos. Fim da terceirização, com a efetivação de todos os terceirizados e trabalhadores com contratos precários.**

**- Salário mínimo vital, suficiente para sustentar uma família trabalhadora, ajustado de acordo com o aumento da carestia de vida, que segundo o DIEESE está hoje em R\$ 7.067,68.**

**- Revogação de todas as contrarreformas que destroem as condições de trabalho no país.**

**- Formação de comitês de luta pela redução da jornada de trabalho nas universidades, escolas, bairros e setores fabris.**

**- Convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações, como forma de retomar o caminho da luta nas ruas e preparar a Greve Geral no país.**



Mais informações e contato:

pormassas.org | @massas.por

☎ (11) 95446-2020